



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

## **PRIMEIRO MONITORAMENTO**

**Acompanhamento do cumprimento da Decisão nº 3075/2016, em que o Tribunal determinou à Secretaria de Estado da Fazenda a adoção de medidas para o aperfeiçoamento da gestão da fiscalização e da cobrança de créditos tributários.**

**Processo nº 9188/2015**



**BRASÍLIA – 2017**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

**LISTA DE SIGLAS**

AGREC	Agência de Recuperação de Créditos / SEF
CBRAT	Coordenação de Cobrança Tributária / SEF
CCALT	Coordenação de Cadastro e Lançamentos Tributários / SEF
CDA	Certidão de Dívida Ativa
CECAL	Centro de Cálculos, Execuções e Cumprimento de Sentenças / PGDF
CEJUSC	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Brasília / TJDF
CICREF	Central de Conciliação e Regularização Fiscal
CMENT	Centro de Monitoramento Eletrônico de Mercadorias em Trânsito / SEF
COFIT	Coordenação de Fiscalização Tributária / SEF
COGID	Coordenadoria de Inscrição e Gestão da Dívida Ativa / PGDF
COTRI	Coordenação de Tributação / SEF
CTE	Conhecimento de Transporte Eletrônico
DAR	Documento de Arrecadação
DIFAL	Diferencial de Alíquota
DIREC	Diretoria de Recuperação Extrajudicial do Crédito / PGDF
FCP	Fundo de Combate à Pobreza
GBRAT	Gerência de Cobrança Tributária / SEF
GCORE	Gerência de Gestão do Rito Especial / SEF
GEAUT	Gerência de Auditoria Tributária / SEF
GECOB	Gerência de Cobrança Administrativa e Atendimento / SEF
GEDAT	Gerência de Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa / SEF
GEFMT	Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito / SEF
GEMAE	Gerência de Monitoramento e Auditorias Especiais / SEF
GEPRO	Gerência de Programação Fiscal e Controle de Operações / SEF
GEPROT	Gerência de Protesto de Títulos de Créditos / PGDF
GGMAF	Gerência de Gestão da Malha Fiscal / SEF
GIA	Guia de Informação e Apuração do ICMS
GNRE	Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
LFE	Livro Fiscal Eletrônico
MDFe	Manifesto Eletrônico de Cargas
NFC-e	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
NGCEL	Núcleo de Gestão do Comércio Eletrônico / SEF
NICMS	Núcleo de Monitoramento do ICMS / SEF
NUCEL	Núcleo de Monitoramento de Comunicação e Energia Elétrica / SEF
NUCOD	Núcleo de Cobrança de Tributos Diretos / SEF
NUCOF	Núcleo de Controle da Frota / SEF
NUCSN	Núcleo de Cobrança do Simples Nacional / SEF
NUFIT	Núcleo de Fiscalização Itinerante / SEF
NUPAR	Núcleo de Parcelamento / SEF
NURIT	Núcleo de Rito Especial / SEF
OCR	<i>Optical Character Recognition</i> (Reconhecimento Ótico de Caracteres)
PGDF	Procuradoria Geral do Distrito Federal
PRCON	Procuradoria Especial da Atividade Consultiva / PGDF
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PROFIS	Procuradoria Fiscal / PGDF
RLE	Sistema de Registro e Licenciamento de Empresas
SEF	Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
SEGETH	Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação
SEGJUC	Sistema Eletrônico de Julgamento de Contencioso Administrativo Fiscal
SIGEST	Sistema Integrado de Gestão Tributária
SISPONTO	Sistema de Registro Eletrônico de Ponto
SITAF	Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal
SSP/DF	Secretaria de Segurança Pública do DF
SUREC	Subsecretaria da Receita
TARF	Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais
TERRACAP	Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal
VEF	Vara de Execução Fiscal / TJDFT



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

## **RESUMO EXECUTIVO**

Trata-se do primeiro monitoramento da Auditoria Operacional realizada em 2015, no âmbito do Processo nº 9188/2015, com o objetivo de acompanhar o cumprimento da Decisão nº 3075/2016, em que o Tribunal determinou a adoção de medidas para o aperfeiçoamento da gestão da fiscalização e da cobrança de créditos tributários.

Na execução da auditoria constatou-se que os instrumentos de controle de resultados eram incipientes e que a política de alocação de pessoal não privilegiava os setores com maior volume de crédito constituído. Evidenciou-se também falhas no controle de frequência dos servidores, a inexistência de objetivos para a fiscalização tributária e uma comunicação interna deficiente na Secretaria de Fazenda.

Acerca da cobrança administrativa concluiu-se que ela não estava suficientemente sistematizada, que havia inconsistências na base cadastral e que era frágil o controle sobre as ações de cobrança realizadas.

Quanto à cobrança dos créditos tributários inscritos em dívida ativa, constatou-se que a PGDF priorizava a cobrança judicial, com poucas ações em relação à cobrança administrativa; a ausência de sistematização e de priorização da conciliação de créditos em execução fiscal no CICREF; e a insuficiência de mecanismos de controle tanto das ações da cobrança administrativa quanto das de cobrança judicial.

Como resultado, o Tribunal, dentre outras proposições, determinou à SEF/DF a implantação de uma política de alocação de pessoal que priorizasse a produtividade na fiscalização tributária, a implementação de sistemática de controle da frequência dos servidores e a revisão das escalas de plantão.

À Procuradoria-Geral do DF, determinou a adoção de medidas para otimizar a cobrança administrativa da Dívida Ativa, compreendendo a implantação de procedimento regular de cobrança dos devedores e a ampliação da sistemática de protesto de Certidões de Dívida Ativa.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Além disso, determinou à SEF/DF e à PGDF que, conjuntamente, trabalhassem para definir as responsabilidades de cada uma na cobrança da Dívida Ativa e tomassem providências para o aprimoramento da sistemática de conciliação fiscal efetuada por meio da CICREF.

Nesta fiscalização o Tribunal tem por objetivo monitorar o cumprimento dessas determinações, constantes da Decisão nº 3075/2016.

### O que o Tribunal constatou?

Constatou-se que de modo geral a SEF/DF e a PGDF têm adotado medidas a fim de dar cumprimento às determinações constantes à Decisão nº 3075/2016, de modo que 62% das deliberações foram cumpridas parcial ou integralmente. Assim, foi sugerido à Corte de Contas continuar o monitoramento das determinações parcialmente cumpridas ou não cumpridas.

O cumprimento das determinações efetuadas pelo Tribunal por meio da Decisão nº 3075/2016 encontra-se resumido a seguir:

**Quadro 1 - Resumo do primeiro monitoramento da Decisão nº 3075/2016**

	CUMPRIDOS	PARCIALMENTE CUMPRIDOS	CUMPRIMENTO NÃO INICIADO OU SUSPENSO	TOTAL
<b>ITENS DA DECISÃO Nº 4295/2014</b>	II – “a”, 1, 2 e 3 II – “h”, 1 e 6 II – “i” III – “g” V VIII	II – “b”, 1, 2, 3, 4 e 5 II – “c” II – “d”, 3 II – “h”, 3, 4, 5 e 8 III – “e”, “f”, 1 e 2” VII	II – “d”, 1 e 2 II – “e” II – “f” II – “g” II – “h”, 2 e 7 IV – “a”, 1, 2 e 3 e “b” VI – “a”, “b”, “c” e “d”	
<b>QUANTIDADE</b>	9	15	15	39
<b>PERCENTUAL</b>	23%	39%	38%	100%

**Cumprimento prejudicado:** item III, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “f – 3, 4 e 5”.



## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>7</b>
1.1.Apresentação .....	7
1.2.Visão Geral do Objeto .....	7
1.3.Contextualização.....	8
1.4.Destinatários do Relatório .....	9
1.5.Objetivos .....	9
1.5.1. Objetivo Geral.....	9
1.5.2. Objetivos Específicos .....	9
1.6.Escopo .....	10
1.7.Metodologia .....	14
<b>2. Análise do atendimento das deliberações .....</b>	<b>14</b>
2.1.Questão de Monitoramento 1: A SEF/DF aprimorou os mecanismos de controle, de execução e de desempenho da Fiscalização Tributária? .....	14
2.1.1. Decisão nº 3075/2016, item II.a. ....	14
2.1.2. Decisão nº 3075/2016, itens II.b e II.c.....	16
2.1.3. Decisão nº 3075/2016, item II.d.....	19
2.1.4. Decisão nº 3075/2016, itens II.e, II.f e II.g.....	21
2.1.5. Decisão nº 3075/2016, item III. ....	23
2.2.Questão de Monitoramento 2: A SEF/DF providenciou a sistematização e o aprimoramento dos mecanismos de controle da cobrança administrativa de créditos tributários? .....	25
2.2.1. Decisão nº 3075/2016, item II.h. ....	25
2.3.Questão de Monitoramento 3: A SEF/DF e a PGDF providenciaram a sistematização e o aprimoramento dos mecanismos de controle da cobrança de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa? .....	32
2.3.1. Decisão nº 3075/2016, item II.i. ....	32
2.3.2. Decisão nº 3075/2016, itens IV.a e IV.b.....	33
2.3.3. Decisão nº 3075/2016, item V.....	36
2.3.4. Decisão nº 3075/2016, item VI.....	37
2.3.5. Decisão nº 3075/2016, item VII.....	40
2.3.6. Decisão nº 3075/2016, item VIII.....	41
<b>3. Benefícios alcançados com a atuação do Tribunal .....</b>	<b>42</b>
<b>4. Conclusão.....</b>	<b>42</b>
<b>5. Proposições .....</b>	<b>44</b>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

## **1. Introdução**

### **1.1. Apresentação**

Trata-se de Monitoramento realizado na Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal e na Procuradoria Geral do Distrito Federal para verificar o atendimento das determinações constantes da Decisão nº 3075/2016.

### **1.2. Visão Geral do Objeto**

2. Em 2015, foi realizada Auditoria Operacional na Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal – SEF e na Procuradoria Geral do DF – PGDF, em cumprimento ao PGA de 2015. O objeto da auditoria abrangeu a fiscalização e a cobrança de créditos tributários, sob responsabilidade da SEF, na figura da Subsecretaria da Receita – SUREC, e os créditos inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, sob responsabilidade da PGDF.

3. A SEF/DF tem por missão institucional integrar as áreas de administração tributária, financeira e contábil do Governo do Distrito Federal, por meio da implementação de ações que garantam o equilíbrio fiscal e o nível adequado de receita do GDF. Sua atual estrutura administrativa foi aprovada pelo Decreto nº 34.903/2013<sup>1</sup>.

4. Por seu turno, a PGDF é o órgão central do sistema jurídico do Distrito Federal, sendo uma instituição de natureza permanente, composta por órgãos especializados no desempenho de suas funções jurídicas, consultivas e administrativas. Entre estas funções, encontra-se a gestão da Dívida Ativa, que cabe à Procuradoria Fiscal – PROFIS, na figura da Coordenadoria de Inscrição e Gestão da Dívida Ativa – COGID.

5. Elenca-se a seguir os gestores das principais unidades relacionadas ao objeto da fiscalização durante o período de planejamento e execução deste monitoramento:

---

<sup>1</sup> Decreto do dia 10/01/2012, publicado no DODF nº 8, em 11/01/2012.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

**Quadro 1 – Titulares das pastas relacionadas ao objeto da fiscalização**

CARGO/FUNÇÃO	GESTOR
Secretário de Estado da Fazenda do Distrito Federal	Wilson José de Paula
Subsecretária da Receita	Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti
Procuradora-Geral do Distrito Federal	Paola Aires Corrêa Lima
Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal	Guilherme Pereira Dolabella Bicalho
Coordenador de Inscrição e Gestão da Dívida Ativa	Marcelo de Oliveira Pereira

Fonte: sítio eletrônico da SEF/DF e da PGDF e Diário Oficial do DF.

### 1.3. Contextualização

6. A Auditoria foi realizada para avaliar a gestão da fiscalização e da cobrança de créditos tributários no âmbito da SEF/DF e da PGDF.

7. Na fiscalização foram apontados 06 (seis) Achados de Auditoria, listados no quadro a seguir.

**Quadro 2 – Achados de Auditoria – Processo nº 11461/2013**

ACHADO	DESCRIÇÃO
1	Monitoramento incipiente do desempenho da Fiscalização Tributária.
2	Insuficiência de controle de frequência e de escalas de serviço na Fiscalização de Mercadorias em Trânsito.
3	Inexistência de objetivos e diretrizes, além de insuficiência da comunicação no âmbito da Fiscalização Tributária.
4	Ineficiência na cobrança administrativa de créditos tributários.
5	Insuficiência da cobrança administrativa da Dívida Ativa.
6	Ausência de priorização da conciliação na recuperação judicial de créditos.

Fonte: Relatório Final de Auditoria.

8. O Tribunal tomou conhecimento do Relatório Final de Auditoria (e-doc 7D71DD7E) por meio da Decisão nº 3075/2016 (e-doc 65639472) e direcionou suas determinações para SEF, PGDF e Casa Civil.

9. A SEF manifestou-se por meio do Ofício nº 794/2016 (e-doc BF6B2727) e a PGDF, por meio do Ofício nº 350/2016 (e-doc A82E3A05). Não houve manifestação da Casa Civil.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

## 1.4. Destinatários do Relatório

10. O Relatório de Monitoramento terá como destinatários o TCDF, a SEF/DF e a PGDF.

## 1.5. Objetivos

### 1.5.1. Objetivo Geral

11. Monitorar o cumprimento da Decisão nº 3075/2016, em que o Tribunal determinou a adoção de medidas para o aperfeiçoamento da gestão da fiscalização e da cobrança de créditos tributários.

### 1.5.2. Objetivos Específicos

12. Avaliar se a SEF/DF, a PGDF e a Casa Civil do DF estão atendendo às deliberações contidas nos itens II a VIII da Decisão nº 3075/2016.

13. A fim de verificar o atendimento às deliberações do Tribunal, os itens da deliberação plenária foram agrupados em três temas listados no quadro a seguir, a partir dos quais se definiram as questões de monitoramento.

**Quadro 3 – Temas de Monitoramento**

QUESTÃO	TEMA	ITENS DA DECISÃO
1	Mecanismos de controle, execução e desempenho da Fiscalização Tributária.	II – “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”; III – “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”.
2	Sistematização e aprimoramento de mecanismos de controle da cobrança administrativa de créditos tributários.	II – “h”.
3	Sistematização e aprimoramento de mecanismos de controle da cobrança de créditos tributários inscritos em dívida ativa.	II – “i”; IV – “a”, “b”; V; VI – “a”, “b”, “c”, “d”; VII.

14. As questões de monitoramento encontram-se assim definidas:

1. A SEF/DF aprimorou os mecanismos de controle, de execução e de desempenho da Fiscalização Tributária?



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

2. A SEF/DF providenciou a sistematização e o aprimoramento dos mecanismos de controle da cobrança administrativa de créditos tributários?
3. A SEF/DF e a PGDF providenciaram a sistematização e o aprimoramento dos mecanismos de controle da cobrança de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa?

## 1.6. Escopo

15. O monitoramento abrangerá o cumprimento das deliberações constantes dos itens II a VIII da Decisão nº 3075/2016, transcritas a seguir:

**Quadro 3 – Deliberações constantes da Decisão nº 3075/2016**

ITEM DA DECISÃO	DELIBERAÇÕES
II	Determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal que:
II.a	implemente política de alocação de servidores com base em critérios técnicos e objetivos, preferencialmente relacionados à produtividade da fiscalização tributária, adotando medidas tais como: (Achado 1)
II.a.1	priorização da alocação de auditores-fiscais em setores de maior volume de constituição de crédito tributário na COFIT;
II.a.2	redução das equipes de serviço em escala de plantão nos postos fiscais e fiscalização itinerante ao necessário;
II.a.3	redução da quantidade de equipes empregadas em períodos de baixo fluxo de veículos e mercadorias em trânsito, tais como finais de semana, feriados e à noite;
II.b	implemente sistemática de monitoramento e avaliação da fiscalização tributária, preferencialmente baseada na constituição de créditos tributários, de modo a permitir melhor desempenho nas ações fiscais, adotando, ao menos, as seguintes medidas:
II.b.1	padronização, controle e supervisão das informações expostas no Relatório de Atividades;
II.b.2	cotejamento periódico da produtividade aferida com as metas estabelecidas previamente;
II.b.3	implantação de sistemática para o controle de cumprimento de prazos das ações fiscais distribuídas aos auditores-fiscais;
II.b.4	padronização dos registros no SIGEST acerca de Ordens de Serviço, auditorias, diligências e Autos de Infração e/ou Apreensão de modo a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais consistentes;
II.b.5	normatização e implementação de sistemática de aferição de produtividade individual, que contemple analogamente as medidas supramencionadas;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

ITEM DA DECISÃO	DELIBERAÇÕES
II.c	dê ciência dos relatórios de produtividade dos setores e dos servidores às chefias superiores dessa Pasta para fins de acompanhamento e avaliação;
II.d	implemente medidas para otimizar as atividades de fiscalização tributária, tais como:
II.d.1	aquisição e utilização de sistema informatizado para o cálculo do ICMS em Substituição Tributária (Mineração de Dados), a exemplo de outros estados como SP, MG e PE;
II.d.2	promoção de gestões com vistas a firmar convênio com a PRF (Processo nº 040.002.318/2014), a fim de viabilizar a utilização das câmeras de Reconhecimento Óptico de Caracteres na fiscalização de mercadorias que ingressem no DF;
II.d.3	promoção da implantação Sistemática de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e conforme dispõe a Portaria-SEF nº 234/2014, cuja obrigatoriedade de adesão, segmentada em 04 (quatro) grupos de contribuintes se inicia em 1º de janeiro de 2016;
II.e	observe integralmente o disposto no Regimento Interno da SEF/DF, no sentido de efetivamente coordenar, orientar e normatizar as atividades da fiscalização tributária, com o estabelecimento de objetivos e diretrizes para a fiscalização tributária e implementação de programas, normas e procedimentos para a melhoria do seu desempenho, promovendo a sua divulgação interna;
II.f	promova a divulgação interna das decisões sobre recursos interpostos contra Autos de Infração e Apreensão no âmbito dos setores afetos à fiscalização tributária, de modo a possibilitar a retroalimentação desse processo de trabalho;
II.g	implemente sistemática de controle de resultados das demandas registradas na Ouvidoria, que possibilite o fornecimento de feedbacks satisfatórios aos reclamantes/denunciante;
II.h	otimize a cobrança administrativa de créditos tributários, adotando medidas tais como:
II.h.1	normatização do procedimento de cobrança administrativa contemplando ao menos os seguintes aspectos: i) Rol das ações periódicas de cobranças; ii) Prazos para realização de ações de cobrança; iii) Prazos para inscrição em Dívida Ativa;
II.h.2	promoção periódica do reconhecimento de ofício da prescrição de créditos tributários;
II.h.3	higienização da base cadastral, mediante o cruzamento de dados com bases de outros órgãos públicos, por exemplo, Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Tribunal Regional Eleitoral – TRE, Tribunal Superior Eleitoral – TSE, Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, Cartórios de Registros de Imóveis, entre outros;
II.h.4	gestão de sua base cadastral a fim de mantê-la atualizada e fidedigna, de modo que os erros sistêmicos detectados não ocorram novamente;
II.h.5	utilização do Agênci@Net para fins de cobrança de tributos diretos, ao menos dos contribuintes que possuam adesão obrigatória ao sistema;
II.h.6	implementação de mecanismo de controle que permita aferir a eficácia das ações de cobrança administrativa realizadas, como, por exemplo, uso de códigos de receita específicos;
II.h.7	implementação de solução informatizada que viabilize a emissão de Documentos de Arrecadação on-line nas Agências de Atendimento da SEF relacionadas a Autos de Infração independentemente do seu estágio de cobrança;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

ITEM DA DECISÃO	DELIBERAÇÕES
II.h.8	realização de estudos sobre meios alternativos de pagamento de tributos, que compreendam a viabilidade jurídica, econômica e operacional de plataformas móveis, cartões de débito e crédito, débito automático para parcelamentos, terminais de autoatendimento nas Agências de Atendimento da SEF/DF, entre outros, buscando implementá-los;
II.i	implante solução informatizada que permita a extração no SITAF de planilhas baseadas em critérios de seleção previamente indicados pelo usuário;
III	Determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, ainda, que, em relação à Gerência de fiscalização de Mercadorias em Trânsito:
III.a	proceda à guarda dos seus documentos, principalmente aqueles referentes ao controle de frequência das escalas de plantão, pelo tempo estabelecido na legislação aplicável, enviando cópia para o setor de gestão de pessoas e observando os procedimentos necessários à eliminação, quando for o caso;
III.b	implemente sistemática de controle de modo a cotejar as escalas de plantão com a frequência de cada servidor, a fim de identificar ausências injustificadas e outras discrepâncias à legislação aplicável, adotando as providências cabíveis, quando for o caso;
III.c	abstenha-se de conceder dispensas do serviço em desacordo com o previsto na Portaria SEF nº 195/2006, § 3º;
III.d	abstenha-se de efetuar remanejamentos e concessões de troca de plantão que não visem a otimização da mão de obra, a eficiência do trabalho e o interesse público;
III.e	aprimore o procedimento de registro nas Folhas de Ponto, atentando para eventuais ausências dos subscreventes (justificadas ou não);
III.f	promova estudos e adote providências com vistas a:
III.f.1	implantar sistemática de controle de frequência eletrônica e/ou biométrica, reestabelecendo a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SISPONTO, ou meio similar, e promovendo as melhorias necessárias ao seu adequado funcionamento;
III.f.2	proceder à emissão de relatórios gerenciais acerca do percentual de horas trabalhadas internamente pelos auditores fiscais da COFIT, de modo a compatibilizar a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas fixada pela Lei nº 4.717/2011 com os limites máximos de horas destinadas a atividades externas (regra geral de até 25%), estabelecidos na Ordem de Serviço COFIT nº 344/2012;
III.f.3	redistribuir o efetivo de modo a priorizar dias e horários com maior fluxo de mercadorias e veículos, reduzindo-o nos dias e horários de menor fluxo;
III.f.4	revisar a atual sistemática de escalas de serviço nos postos fiscais de 24/72h, adotando regime de trabalho compatível com a fiscalização de mercadorias em trânsito, com jornadas não superiores a 12h (a exemplo do regulamentado no âmbito da SES/DF);
III.f.5	revisar a Portaria nº 195/2006 com vistas a aprimorar o regime de escalas da SEF/DF, tornando-o mais eficiente e eficaz;
III.g	adote providências com vistas à revogação do item 6 da Ordem de Serviço nº 344/2012, no que tange aos servidores que atuam em plantão, haja vista sua incompatibilidade com o regime de escalas de serviço;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

ITEM DA DECISÃO	DELIBERAÇÕES
IV	Determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que otimize a cobrança administrativa da Dívida Ativa, adotando, ao menos, as seguintes medidas:
IV.a	implementação de procedimento regular de cobrança de todos os devedores de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, que contemple, ao menos, a:
IV.a.1	expedição de notificações periódicas, direta ou indiretamente;
IV.a.2	ampliação da sistemática de protesto de Certidões de Dívida Ativa, avaliando a possibilidade de estendê-la para todos os créditos inscritos em Dívida Ativa;
IV.a.3	normatização e controle do procedimento de cobrança realizado pela PGDF junto aos grandes devedores;
IV.b	implementação de solução informatizada no sítio eletrônico da PGDF, a fim de facilitar o atendimento ao contribuinte, contendo opções que permitam a emissão de Documento de Arrecadação com valor atualizado;
V	Determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que adotem providências a fim de finalizar as tratativas acerca da regulamentação do controle da Dívida Ativa, observando as discussões constantes do Processo nº 020.003.384/2010;
VI	Determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal e à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal que aprimorem a sistemática de conciliação fiscal efetuada por meio da CICREF, adotando, ao menos, as seguintes medidas:
VI.a	cumprimento dos termos pactuados no Protocolo Interinstitucional celebrado pela União e pelo DF que originou a CICREF, principalmente no que tange ao quantitativo de servidores;
VI.b	implantação de sistema informatizado para o controle e gerenciamento do fluxo de processos de execução fiscal na realização das conciliações pela Cicref;
VI.c	revisão da estrutura administrativa da Cicref possibilitando a criação de núcleos de atendimento especializados por espécie e/ou grupos de tributos a fim de conferir maior celeridade aos atendimentos;
VI.d	promoção de gestões junto ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, ao Banco de Brasília S.A. – BRB e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, a fim de que esses órgãos deem cumprimento aos termos pactuados no Protocolo Interinstitucional que originou a Cicref;
VII	Recomendar ao Governador do Distrito Federal que realize estudo com objetivo de verificar a viabilidade do uso de precatórios para a quitação de créditos inscritos em Dívida Ativa, inclusive na vigência de programa de parcelamento incentivado de créditos tributários;
VIII	Determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhem Plano de Ação com objetivo de implantar as determinações retro indicadas, indicando as ações a serem adotadas, seus prazos e setores responsáveis, conforme modelo apresentado no Anexo I do citado Relatório de Auditoria;

Fonte: Decisão nº 3075/2016.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

## **1.7. Metodologia**

16. Os procedimentos e técnicas utilizados na execução da presente fiscalização encontram-se registrados na Matriz de Monitoramento (e-doc 48AE0C73), merecendo destaque: pesquisa e análise documental, correlação de informações, observação direta e entrevista.

## **2. Análise do atendimento das deliberações**

### **2.1. Questão de Monitoramento 1: A SEF/DF aprimorou os mecanismos de controle, de execução e de desempenho da fiscalização tributária?**

*Parcialmente. Dentre as medidas adotadas pela SEF/DF para aperfeiçoar as atividades de fiscalização tributária destaca-se a suspensão por tempo indeterminado das escalas de serviço em regime de plantão. Por outro lado, não foram bem-sucedidas as iniciativas para mineração de dados, utilização de câmeras na fiscalização de mercadorias em trânsito, monitoramento e avaliação da fiscalização tributária, entre outras.*

#### **2.1.1. Decisão nº 3075/2016, item II.a.**

*II – determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal que:*

*a) implemente política de alocação de servidores com base em critérios técnicos e objetivos, preferencialmente relacionados à produtividade da fiscalização tributária, adotando medidas tais como:*

- 1) priorização da alocação de auditores-fiscais em setores de maior volume de constituição de crédito tributário na COFIT;*
- 2) redução das equipes de serviço em escala de plantão nos postos fiscais e fiscalização itinerante ao necessário;*
- 3) redução da quantidade de equipes empregadas em períodos de baixo fluxo de veículos e mercadorias em trânsito, tais como finais de semana, feriados e à noite;*

#### **Situação que levou à proposição da deliberação**

17. Identificou-se a falta de critérios técnicos para alocação de pessoal nas gerências da Coordenação de Fiscalização Tributária – COFIT. Constatou-se que a distribuição de servidores não guardava relação com o volume de créditos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

constituídos nos setores, que havia escalas de plantão ineficientes e que faltavam mecanismos de avaliação de desempenho dos recursos humanos.

***Providências adotadas e comentários dos gestores***

18. A COFIT informou que foram editadas várias ordens de serviço para transferir servidores da GEFMT para outras gerências da COFIT, como a GEMAE e a GGMAF<sup>2</sup>. Além disso, foi editada a Ordem de Serviço SUREC nº 28/2017, a qual suspendeu a escala de serviço de plantão na GEFMT<sup>3</sup>.

***Análise***

19. Em 27.11.2017, verificou-se que os servidores lotados na GEFMT, atualmente 62 (sessenta e dois)<sup>4</sup>, passaram a laborar em horário de expediente, com equipes distribuídas nos turnos matutino e vespertino, utilizando folhas de ponto para o controle de frequência.

20. Ademais, a GEFMT passou a utilizar uma sistemática de “banco de horas”, considerando a jornada de 06 (seis) horas diárias em expediente e 02 (duas) em diligências externas, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, com compensação no caso dos servidores extrapolarem sua jornada de trabalho (operações cuja duração ultrapassem o horário do expediente).

21. Interpelada sobre a efetividade do emprego de equipes de servidores durante o horário de expediente, a GEFMT informou que as atividades desenvolvidas particularmente pelo Centro de Monitoramento Eletrônico de Mercadorias em Trânsito – CMENT podem alcançar resultados mais significativos mediante a utilização de banco de dados com informações referentes a emissão de NF-e, Conhecimento de Transporte Eletrônico – CTe e Manifesto Eletrônico de Cargas – MDFe, ainda não disponibilizado pela SUTIC/SEF/DF. O acesso a esses dados viabilizaria o

---

<sup>2</sup> E-doc B76EED41, fl. 5 e as ordens de serviço:

- OS nº 28/2017: suspendeu por prazo indefinido, desde 1.08.2017, a escala de revezamento em regime de plantão na SUREC, fls. 24/27.
- OS nº 167/2017: transferiu um servidor para o NUCEL/GEMAE, fls. 17/18.
- OS nº 201/2017: transferiu quatro servidores para o NICMS, fl. 19.
- OS nº 203/2017: transferiu três servidores para o NICMS, fl. 20.

<sup>3</sup> E-doc B76EED41, fl. 24-25.

<sup>4</sup> Conforme informação prestada pela GEFMT em 28.11.2017 (A85E825B-c). Na época da auditoria verificou-se que havia 103 (cento e três) auditores-fiscais lotados na GEFMT.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

aprimoramento do planejamento das fiscalizações e permitiria a fiscalização em depósitos antes da mercadoria ser transportada.

22. A GEFMT informou<sup>5</sup> que existe demanda na SUTIC/SEF/DF a respeito, ainda não priorizada. Enquanto isso, os auditores lotados no CMENT realizam as mesmas atividades do NUFIT I e II, em razão da inviabilidade de fiscalizações nas transportadoras sem as referidas informações.

23. Assim, diante das medidas implantadas pela SEF/DF, poderá o Tribunal considerar atendida a determinação ao item II, alínea “a”, da Decisão nº 3075/2016. Entretanto, considerando que apenas houve a suspensão das escalas de serviço na GEFMT, deverá o Tribunal autorizar a continuidade do monitoramento do referido item da deliberação plenária.

### **2.1.2. Decisão nº 3075/2016, itens II.b e II.c.**

*II – determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal que:*

*b) implemente sistemática de monitoramento e avaliação da fiscalização tributária, preferencialmente baseada na constituição de créditos tributários, de modo a permitir melhor desempenho nas ações fiscais, adotando, ao menos, as seguintes medidas:*

- 1) padronização, controle e supervisão das informações expostas no Relatório de Atividades;*
- 2) cotejamento periódico da produtividade aferida com as metas estabelecidas previamente;*
- 3) implantação de sistemática para o controle de cumprimento de prazos das ações fiscais distribuídas aos auditores-fiscais;*
- 4) padronização dos registros no SIGEST acerca de Ordens de Serviço, auditorias, diligências e Autos de Infração e/ou Apreensão de modo a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais consistentes;*
- 5) normatização e implementação de sistemática de aferição de produtividade individual, que contemple analogamente as medidas supramencionadas;*

*c) dê ciência dos relatórios de produtividade dos setores e dos servidores às chefias superiores dessa Pasta para fins de acompanhamento e avaliação;*

### **Situação que levou à proposição da deliberação**

24. Identificaram-se diversas falhas no controle das atividades de fiscalização tributária que evidenciaram desconformidades em relação ao alcance de

---

<sup>5</sup> E-doc: [22060DCC-c](#) (informação prestada pela GEFMT).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

resultados e das metas estabelecidas, e que os Relatórios de Atividades da COFIT não permitiam a aferição da produtividade dos servidores.

***Providências adotadas e comentários dos gestores***

25. A COFIT informou<sup>6</sup> que a alteração do SIGEST estava em andamento, bem como a comprovação de funcionalidade do Relatório Mensal de Atividades. Nesse sentido, relatou que aquele sistema foi alterado para permitir a inclusão das informações relativas às atividades individuais dos servidores e que ajustes estavam em andamento para permitir o registro e o acompanhamento de metas por equipe (conforme Demanda nº 170/2017 – Oásis/SUREC).

26. Com relação ao controle de prazo das ações fiscais, a COFIT informou que esse recurso existe no SIGEST, sendo utilizado pela GEAUT e pela GEMAE (módulos “Relatório de Carga/Relatório de carga dos agentes”). Ademais, seu uso estaria sendo expandido para a recém-criada GGMAF. Esse recurso não seria utilizado pela GEFMT uma vez que as ações fiscais por ela realizadas se iniciam e terminam no mesmo dia. Todavia, disse que se encontrava em estudo a viabilidade de uso para ações de caráter prolongado nesta gerência.

27. Sobre a padronização dos registros no SIGEST, informou que foi editada a Ordem de Serviço nº 308/2016-COFIT determinando que todos os autos de infração fossem lançados nesse sistema informatizado<sup>7</sup>.

28. Para atender a normatização e implementação de sistemática de aferição de produtividade individual, foi editada a OS nº 423/2016-COFIT, que implicou em alterações no SIGEST para viabilizar a avaliação e controle da fiscalização tributária. A jurisdicionada também indicou que a Demanda nº 170/2017 – Oásis/SUREC (anteriormente citada) também contribuirá para a implantação dessa sistemática de controle.

---

<sup>6</sup> E-doc B76EED41, fls. 5/6.

<sup>7</sup> Foi citada como resultado do cumprimento da medida a Demanda nº 645/2016, que implicou em carga no SIGEST de 1256 autos de infração gerados na GEFMT e a inclusão de itens de infração à legislação tributária no módulo DAF/SIGEST para permitir a lavratura de autos de infração da GEMAE diretamente no sistema SIGEST (e-doc B76EED41, fls. 28/54).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

29. A respeito do item II.c, a COFIT informou que dar conhecimento dos relatórios de produtividade às chefias superiores é um procedimento adotado rotineiramente pela unidade.

**Análise**

30. Em 22.11.2017, essa unidade reiterou que se encontrava em fase de implementação a padronização do relatório de atividades consolidado, cujo objetivo é a implantação de um documento automatizado, recuperando os dados inseridos pelos servidores no SIGEST.

31. Além disso, verificou-se *in loco* que informações referentes aos autos de infração estão disponíveis no referido sistema informatizado, o que confirma a observância à OS nº 308/2016 – COFIT.

32. Esse setor apresentou cópia<sup>8</sup> do último relatório de atividades consolidado, relativo ao mês de novembro de 2017, sendo possível constatar que ainda não houve alterações significativas em relação ao relatório de atividades então vigente no exercício de 2014<sup>9</sup>.

33. Durante verificação *in loco* foram obtidas cópias de Relatórios Mensais de Atividades e Desempenho da Auditoria Tributária<sup>10</sup>, ocasião em que verificou-se que se encontra em fase de desenvolvimento uma sistemática para implantação de aferição de produtividade dos servidores da COFIT.

34. Nesse sentido, observou-se que aqueles relatórios apresentam um rol de ações realizadas, sendo que as atividades finalísticas (diligências e auditorias, por exemplo) são automaticamente lançadas, enquanto as demais são quantificadas pelos próprios servidores. A cada ação foi atribuída uma pontuação, sendo que ao final são apurados os pontos obtidos individualmente e a quantidade de horas trabalhadas.

35. A COFIT informou que está adotando medidas para alinhar as metas de produtividade com o planejamento estratégico. Ademais, está em fase de ajustes

---

<sup>8</sup> Relatório de Atividades consolidado de Novembro/2017 (e-doc: [B408C22C-e](#)).

<sup>9</sup> Examinado pela equipe de auditoria e que motivou a ação do Tribunal com vistas ao aperfeiçoamento da sistemática de controle do desempenho da fiscalização tributária.

<sup>10</sup> E-docs: 33A41A2D-c e 70F25887-c.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

a atribuição de valores a uma tabela de pontuações a serem obtidas pelos servidores. Após essa definição será possível cotejar metas com a produtividade mensal individual e por equipe.

36. Assim, verifica-se que se encontram em fase de implementação medidas a fim de dar cumprimento às determinações, embora ainda não tenham sido concluídas, motivo pelo qual poderá o Tribunal considerar parcialmente atendidas as determinações aos itens II, alíneas “b” e “c”, da Decisão nº 3075/2016, autorizando a continuidade do monitoramento dos referidos itens da deliberação plenária.

### **2.1.3. Decisão nº 3075/2016, item II.d.**

*II – determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal que:*

*d) implemente medidas para otimizar as atividades de fiscalização tributária, tais como:*

*1) aquisição e utilização de sistema informatizado para o cálculo do ICMS em Substituição Tributária (Mineração de Dados), a exemplo de outros estados como SP, MG e PE;*

*2) promoção de gestões com vistas a firmar convênio com a PRF (Processo nº 040.002.318/2014), a fim de viabilizar a utilização das câmeras de Reconhecimento Óptico de Caracteres na fiscalização de mercadorias que ingressem no DF;*

*3) promoção da implantação Sistemática de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e conforme dispõe a Portaria-SEF nº 234/2014, cuja obrigatoriedade de adesão, segmentada em 04 (quatro) grupos de contribuintes se inicia em 1º de janeiro de 2016;*

### **Situação que levou à proposição da deliberação**

37. Identificaram-se diversas falhas no controle das atividades de fiscalização tributária que evidenciaram desconformidades em relação ao alcance de resultados e das metas estabelecidas.

### **Providências adotadas e comentários dos gestores**

38. A respeito da aquisição de ferramenta de Mineração de Dados e do convênio com a PRF, a COFIT informou<sup>11</sup> que a licitação para aquisição do sistema automatizado de cálculo do ICMS resultou fracassada, uma vez que apenas uma

---

<sup>11</sup> E-docs B76EED41, fls. 6/7 e 009C331A, fls. 1-2 (Processo administrativo nº 040.0004004/2016, PE nº 05/2017-SRP).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

empresa manifestou interesse no certame e ofereceu um valor muito superior ao que fora estimado pela SEF/DF.

39. Quanto ao convênio com a PRF para uso das câmeras OCR, informou a impossibilidade de adotar essa solução em razão de a SUTIC/SEF/DF não possuir estrutura que suportasse a integração. Todavia, reuniões estariam sendo realizadas com a SSP/DF, o DETRAN/DF e o DER/DF com vistas ao compartilhamento das imagens geradas pelas câmeras utilizadas por estes órgãos.

### **Análise**

40. Em relação às medidas constantes no item II, alínea “d” (subitens 1 e 2), verifica-se que ainda não foram implementadas pela SEF/DF, isso em razão da licitação fracassada e da inexistência de convênio com a PRF.

41. Quanto ao item II, alínea “d” (subitem 3), em 22.11.2017, a Coordenação de Cadastro e Lançamentos Tributários – CCALT noticiou que o prazo para adesão à NFC-e ainda não se esgotou, tendo a Portaria nº 234/2014 estabelecido quatro períodos de obrigatoriedade para implantação da Nota Eletrônica, conforme a natureza dos contribuintes.

42. Assim, a fiscalização quanto à adesão à sistemática de NFC-e será iniciada a partir de 1º de janeiro de 2018, por grupos, em conformidade com as disposições dos arts. 5º, c/c seu § 1º, I a III, da Portaria nº 234/SEF, de 23.10.2014<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Portaria nº 234, de 23.10.2014:

Art. 5º A adesão à NFC-e será obrigatória:

I - **a partir de 1º de janeiro de 2016 para contribuintes:**

a) em início de atividades, independentemente do regime de apuração do imposto a que estiverem submetidos;

b) enquadrados no regime de apuração normal.

II - a partir de 1º de julho de 2016 para contribuintes:

a) optantes pelo Simples Nacional que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta superior a R\$ 1.800.000,00;

b) enquadrados em regimes de apuração diferente do normal ou do Simples Nacional.

III - a partir de 1º de janeiro de 2017, para contribuintes optantes pelo Simples Nacional que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta superior a R\$ 360.000,00;

IV - a partir de 1º de julho de 2017, para os demais contribuintes optantes pelo Simples Nacional, não enquadrados nos incisos anteriores.

§ 1º A partir das datas especificadas nos incisos do caput deste artigo, o contribuinte deverá observar as seguintes disposições:

I - não poderá ser emitida a Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2 e modelo 3-A, devendo ser inutilizado o estoque remanescente, observados os procedimentos previstos na legislação;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

43. Em razão da implementação da NFC-e, houve incremento na quantidade de contribuintes emissores de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) com o aumento do número de documentos autorizados. Em consulta relativa ao mês de setembro de 2017, constam 27.710.137 NFC-e emitidas, correspondendo ao montante de R\$ 1.960.041.504,05<sup>13</sup>.

44. Por conseguinte, em relação à determinação do item II, alínea “d”, poderá o Tribunal considerar não atendida a determinação aos subitens 1 e 2, e parcialmente atendida a determinação ao subitem 3, da Decisão nº 3075/2016, autorizando a continuidade do monitoramento do referido item da deliberação plenária.

#### **2.1.4. Decisão nº 3075/2016, itens II.e, II.f e II.g.**

*II – determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal que:*

*e) observe integralmente o disposto no Regimento Interno da SEF/DF, no sentido de efetivamente coordenar, orientar e normatizar as atividades da fiscalização tributária, com o estabelecimento de objetivos e diretrizes para a fiscalização tributária e implementação de programas, normas e procedimentos para a melhoria do seu desempenho, promovendo a sua divulgação interna;*

*f) promova a divulgação interna das decisões sobre recursos interpostos contra Autos de Infração e Apreensão no âmbito dos setores afetos à fiscalização tributária, de modo a possibilitar a retroalimentação desse processo de trabalho;*

*g) implemente sistemática de controle de resultados das demandas registradas na Ouvidoria, que possibilite o fornecimento de feedbacks satisfatórios aos reclamantes/denunciantes;*

#### **Situação que levou à proposição da deliberação**

45. Inexistia, no âmbito da COFIT, objetivos e diretrizes fixados para a fiscalização tributária. Além disso, foi evidenciado que a comunicação interna era

---

I – não poderá ser emitida a Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2 e modelo 3-A, exceto no caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica e mediante registro do fato no Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências.

II - não será mais concedida autorização de uso de novo equipamento ECF;

III - o equipamento ECF, cujo uso já tenha sido autorizado, **poderá continuar a ser utilizado por até 2 anos ou até que se esgote a sua memória, o que ocorrer primeiro.** (Grifo nosso)

<sup>13</sup> E-docs: [FE7009DF-c](#) e [52016A84-c](#) (a NFC-e é a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica, que vem substituindo o comprovante emitido em papel desde janeiro de 2016. Durante o período de adequação das empresas, os dois modelos estão sendo aceitos. O período de obrigatoriedade será gradativo, a partir de janeiro de 2018, por grupos de empresas).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

deficiente e que os cidadãos que buscavam a Ouvidoria da SEF/DF não recebiam feedback adequado de suas demandas.

***Providências adotadas e comentários dos gestores***

46. Sobre o item II, alínea “e”, a COFIT respondeu<sup>14</sup> que se tratava de obrigação inerente às Coordenações da Subsecretaria da Receita.

47. A respeito do item II, alínea “f”, informou que a COTRI, por meio do sistema SEGJUC já disponibilizava o acesso às informações dos julgados administrativos de 1ª instância.

48. Quanto ao item II, alínea “g”, ressaltou que existe uma sistemática de controle de resultados de demandas registradas na ouvidoria da SEF/DF e encaminhadas à COFIT, que possibilita feedback eficiente aos denunciante/reclamantes e observa o sigilo das informações fiscais.

***Análise***

49. A manifestação da SEF/DF foi sucinta, limitando-se a indicar que as determinações da Corte já se encontravam atendidas, em face dos meios existentes na Ouvidoria da SEF/DF e no sistema SEGJUC.

50. Nesse sentido, cumpre registrar que no item II, alínea “e”, da Decisão nº 3075/2016 o Tribunal almeja que a SEF/DF defina expressa e regularmente seus objetivos e diretrizes para a fiscalização tributária, sempre que possível mensurando-os. Segundo, não se questionou a existência de transparência das decisões de 1ª e 2ª instâncias.

51. Em relação à alínea “f”, compete à jurisdicionada demonstrar a ampla divulgação interna das decisões da 1ª e 2ª instâncias, a fim de uniformizar a atuação fiscalizatória da SEF/DF, evitando a elaboração de autos de infração incompatíveis com tais deliberações.

52. Por fim, quanto à alínea “g”, deve a pasta rever sua sistemática de manifestação perante os denunciante e/ou contribuintes, porquanto se suficientes fossem, não teriam sido evidenciadas as falhas apontadas no Achado de Auditoria 3.

---

<sup>14</sup> E-doc B76EED41, fl. 7.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

53. Assim, poderá o Tribunal considerar não atendida a determinação do item II, alíneas “e”, “f” e “g”, da Decisão nº 3075/2016, autorizando a continuidade do monitoramento do referido item da deliberação plenária.

**2.1.5. Decisão nº 3075/2016, item III.**

*III – determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, ainda, que, em relação à Gerência de fiscalização de Mercadorias em Trânsito:*

- a) proceda à guarda dos seus documentos, principalmente aqueles referentes ao controle de frequência das escalas de plantão, pelo tempo estabelecido na legislação aplicável, enviando cópia para o setor de gestão de pessoas e observando os procedimentos necessários à eliminação, quando for o caso;*
- b) implemente sistemática de controle de modo a cotejar as escalas de plantão com a frequência de cada servidor, a fim de identificar ausências injustificadas e outras discrepâncias à legislação aplicável, adotando as providências cabíveis, quando for o caso;*
- c) abstenha-se de conceder dispensas do serviço em desacordo com o previsto na Portaria SEF nº 195/2006, § 3º;*
- d) abstenha-se de efetuar remanejamentos e concessões de troca de plantão que não visem a otimização da mão de obra, a eficiência do trabalho e o interesse público;*
- e) aprimore o procedimento de registro nas Folhas de Ponto, atentando para eventuais ausências dos subscreventes (justificadas ou não);*
- f) promova estudos e adote providências com vistas a:*
  - 1) implantar sistemática de controle de frequência eletrônica e/ou biométrica, reestabelecendo a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SISPONTO, ou meio similar, e promovendo as melhorias necessárias ao seu adequado funcionamento;*
  - 2) proceder à emissão de relatórios gerenciais acerca do percentual de horas trabalhadas internamente pelos auditores fiscais da COFIT, de modo a compatibilizar a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas fixada pela Lei nº 4.717/2011 com os limites máximos de horas destinadas a atividades externas (regra geral de até 25%), estabelecidos na Ordem de Serviço COFIT nº 344/2012;*
  - 3) redistribuir o efetivo de modo a priorizar dias e horários com maior fluxo de mercadorias e veículos, reduzindo-o nos dias e horários de menor fluxo,*
  - 4) revisar a atual sistemática de escalas de serviço nos postos fiscais de 24/72h, adotando regime de trabalho compatível com a fiscalização de mercadorias em trânsito, com jornadas não superiores a 12h (a exemplo do regulamentado no âmbito da SES/DF);*
  - 5) revisar a Portaria nº 195/2006 com vistas a aprimorar o regime de escalas da SEF/DF, tornando-o mais eficiente e eficaz;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

*g) adote providências com vistas à revogação do item 6 da Ordem de Serviço nº 344/2012, no que tange aos servidores que atuam em plantão, haja vista sua incompatibilidade com o regime de escalas de serviço;*

***Situação que levou à proposição da deliberação***

54. Verificou-se a existência de escalas de serviço ineficientes e desconformidades no controle da jornada de trabalho de servidores lotados na GEFMT.

***Providências adotadas e comentários dos gestores***

55. A respeito do item III, “a” à “d”, a COFIT indicou<sup>15</sup> que seu cumprimento restou prejudicado em virtude da edição da OS nº 28/2017 – SUREC, que suspendeu por tempo indeterminado, a partir de 1º.08.2017, a escala de revezamento em regime de plantão na SUREC.

56. Em relação ao item III, “e”, não se manifestou por entender que o item tratava de atribuição estranha à COFIT.

57. No que se refere ao item III, “f – 1” e “f – 2”, a SUREC<sup>16</sup> afirmou que o processo licitatório para aquisição de um sistema de ponto eletrônico tinha sido finalizado, testado e se encontrava em fase de implantação.

58. Quanto ao item III, “f – 3”, novamente a COFIT respondeu que seu cumprimento se encontrava prejudicado após a edição da OS nº 28/2017, sendo que os itens III, “f – 4” e “f – 5”, estariam atendidos por meio da citada ordem de serviço.

59. Por fim, em relação ao item III, alínea “g”, a COFIT informou que a determinação foi atendida por meio da edição da OS nº 423/2016 – COFIT<sup>17</sup>.

***Análise***

60. Em face da edição da OS nº 28/2017 – SUREC, de 20.06.2017, que suspendeu por prazo indeterminado a escala de revezamento em regime de plantão no âmbito da SUREC, verifica-se que restam prejudicadas as determinações constantes do item III, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “f – 3, 4 e 5”, da Decisão nº 3075/2016.

---

<sup>15</sup> E-doc B76EED41 (fl. 6).

<sup>16</sup> E-doc B76EED41 (fl. 1).

<sup>17</sup> E-doc B76EED41 (fl. 13).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

61. Em relação ao item III, alíneas “e”, “f – 1 e 2”, como ainda não houve a efetiva implantação do sistema de ponto eletrônico até a conclusão das atividades de campo da presente fiscalização, tem-se que deve ser continuado o monitoramento das medidas em curso na jurisdicionada.

62. Quanto ao item III, alínea “g”, constatou-se que a determinação foi atendida em razão do disposto no art. 3º da OS nº 423/2016 – COFIT, que revogou expressamente o item 6 da Ordem de Serviço nº 344/2012 – COFIT.

63. Assim, poderá o Tribunal considerar atendido o item III, alínea “g”, da Decisão nº 3075/2016, parcialmente cumpridas suas alíneas “e” e “f – 1 e 2” e prejudicadas as alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “f – 3, 4 e 5”. Todavia, considerando que apenas houve a suspensão das escalas de serviço na GEFMT, deverá o Tribunal autorizar a continuidade do monitoramento de toda a determinação, exceto da alínea “g”.

## **2.2. Questão de Monitoramento 2: A SEF/DF providenciou a sistematização e o aprimoramento dos mecanismos de controle da cobrança administrativa de créditos tributários?**

*Parcialmente. A SEF/DF vem adotando diversas medidas para aprimorar a cobrança administrativa da Dívida Ativa. Todavia, muitas das providências anunciadas à Corte encontram-se pendentes de efetiva implementação, como por exemplo, o reconhecimento da prescrição de ofício de créditos tributários e a emissão de DAR vinculados a autos de infração nas Agências de Atendimento da SUREC/SEF/DF.*

### **2.2.1. Decisão nº 3075/2016, item II.h.**

*II – determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal que:*

*h) otimize a cobrança administrativa de créditos tributários, adotando medidas tais como:*

*1) normatização do procedimento de cobrança administrativa contemplando ao menos os seguintes aspectos:*

- i) Rol das ações periódicas de cobranças;*
- ii) Prazos para realização de ações de cobrança;*
- iii) Prazos para inscrição em Dívida Ativa;*

*2) promoção periódica do reconhecimento de ofício da prescrição de créditos tributários;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

- 3) *higienização da base cadastral, mediante o cruzamento de dados com bases de outros órgãos públicos, por exemplo, Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Tribunal Regional Eleitoral – TRE, Tribunal Superior Eleitoral – TSE, Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, Cartórios de Registros de Imóveis, entre outros;*
- 4) *gestão de sua base cadastral a fim de mantê-la atualizada e fidedigna, de modo que os erros sistêmicos detectados não ocorram novamente;*
- 5) *utilização do Agênci@Net para fins de cobrança de tributos diretos, ao menos dos contribuintes que possuam adesão obrigatória ao sistema;*
- 6) *implementação de mecanismo de controle que permita aferir a eficácia das ações de cobrança administrativa realizadas, como, por exemplo, uso de códigos de receita específicos;*
- 7) *implementação de solução informatizada que viabilize a emissão de Documentos de Arrecadação on-line nas Agências de Atendimento da SEF relacionadas a Autos de Infração independentemente do seu estágio de cobrança;*
- 8) *realização de estudos sobre meios alternativos de pagamento de tributos, que compreendam a viabilidade jurídica, econômica e operacional de plataformas móveis, cartões de débito e crédito, débito automático para parcelamentos, terminais de autoatendimento nas Agências de Atendimento da SEF/DF, entre outros, buscando implementá-los;*

**Situação que levou à proposição da deliberação**

64. Verificou-se a inexistência de normatização dos procedimentos para a cobrança administrativa e do prazo para a realização de ações de cobrança e inscrição em Dívida Ativa. Além disso, foram constatadas diversas inconsistências na base cadastral da SEF/DF, que contribuíam para a ineficiência da cobrança administrativa dos débitos inscritos em Dívida Ativa.

**Providências adotadas e comentários dos gestores**

65. A respeito do item II, alínea “h – 1”, da Decisão nº 3075/2016, a Coordenação de Cobrança Tributária emitiu a OS nº 001/2017-CBRAT, normatizando as ações de cobrança administrativa e sua periodicidade<sup>18</sup>:

**Quadro 4 – Ações de cobrança conforme a OS nº 1/2017 – CBRAT**

ATIVIDADE	UNIDADE	PERIODICIDADE
Rito Especial do LFE e da GIA	NURIT/GCORE	Quadrimestral, nos meses de março, julho e novembro.

<sup>18</sup> E-doc B76EED41, fls. 57, 63/64.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

ATIVIDADE	UNIDADE	PERIODICIDADE
Rito Especial do DIFAL declarado na NFe (EC 87/15) – consolidação da cobrança para grandes contribuintes	NURIT/GCORE	Anual
DIFAL do comércio eletrônico – comunicado de cobrança do imposto devido – NFe	NGCEL/GCORE	Mensal, até o dia 25 de cada mês.
DIFAL do comércio eletrônico – comunicado de consolidação da cobrança do imposto devido – NFe	NGCEL/GCORE	Anual, até o final de janeiro do exercício seguinte.
Cobrança da Dívida Ativa	GBRAT	Mensal, até o dia 10 de cada mês, relativamente a CDAs inscritas no mês anterior.
IPVA e IPTU do exercício corrente	GBRAT	Anual, até 2 meses após o vencimento da última cota
Parcelamento – envio das parcelas vincendas	NUPAR/GBRAT	Mensal, até o dia 20 de cada mês.
Parcelamento – comunicado de parcelas em atraso	NUPAR/GBRAT	Mensal, até o dia 5 de cada mês.
DIFAL do SN – comunicado de existência de NFe sujeita ao imposto	NUCSN/GBRAT	Mensal, até o dia 15 de cada mês.
Protesto	NUCOD/GBRAT	Mensal, até o dia 10 de cada mês.
TARF – intimação das decisões	GBRAT	Diário, de acordo com o fluxo de processos.

66. Com relação ao item II, alínea “h – 2”, da Decisão nº 3075/2016, a CCALT afirmou<sup>19</sup> que nos últimos anos a SUREC tem demandado ao GAB/SEF a edição de decreto autorizando o cancelamento os débitos prescritos, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 04/1994. Por outro lado, a CCALT aventa a possibilidade de a SEF/DF avaliar a necessidade de edição dessa norma, visto que o procedimento de cancelamento seria mais célere caso o órgão deliberasse pela imediata aplicação da prescrição de ofício dos débitos prescritos.

67. Não houve manifestação da jurisdicionada quanto ao cumprimento dos itens II, alíneas “h – 3” e “h – 4”, da Decisão nº 3075/2016.

68. A respeito do item II, alínea “h – 5”, da Decisão nº 3075/2016, a CBRAT informou a existência de um protótipo de envio de mensagem para o endereço

---

<sup>19</sup> E-doc B76EED41, fls. 78.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

eletrônico cadastrado pelos contribuintes junto à SEF, cobrando débitos de IPVA e de parcelamentos com até duas parcelas vencidas<sup>20</sup>.

69. Sobre o item II, alínea “h – 6”, da Decisão nº 3075/2016, a CBRAT indicou que a determinação foi implementada por meio da Instrução Normativa nº 16/2017 – SUREC:

[...]

*Art. 3º Fica instituída a "Tabela de vinculação de códigos das receitas tributárias do Distrito Federal", constante do Anexo II desta Instrução Normativa, referente aos tributos informados por meio de declarações em Livro Fiscal Eletrônico - LFE e em Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST, a serem utilizados no preenchimento dos documentos de arrecadação (DAR ou GNRE).*

*Parágrafo único Os débitos declarados nos registros constantes da coluna "DECLARAÇÃO" do Anexo II possuem natureza tributária própria e os montantes declarados, bem como os respectivos valores recolhidos, são independentes entre si.*

**Quadro 5 – Anexo II da Instrução Normativa SUREC nº 16/2017.**

SEQ	DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGOS DE RECEITA
1	ICMS – Normal	1317
2	ICMS – Substituição Tributária nas Aquisições	1568
3	ICMS – Substituição Tributária dentro do DF	1350
4	ICMS – Diferencial de Alíquota – Comércio Eletrônico – saída do DF	1551*
5	ICMS – Importação	1325
6	ICMS – Substituição Tributária fora do DF	10009-9 ou 1638
7	ICMS – Substituição Tributária fora do DF	10004-8 ou 1635
8	Adicional/ICMS/ST – Fundo de Combate à Pobreza	1558
9	ICMS NÃO contribuinte outra UF por apuração	10011-0 ou 1577*
10	ICMS Fundo de Combate à Pobreza por apuração	10013-7 ou 1578*
11	ICMS NÃO contribuinte outra UF por operação	10010-2 ou 1575*
12	ISS – Normal	1708
13	ISS – Retenção, Substituição Tributária e Importação	1732
14	ISS – Sociedade de Profissionais	1711
15	FCP – ICMS próprio	1557
16	FCP – ICMS ST	1558
17	FCP – DIFAL	1563

\* Recolhimentos da EC 87/2015 (GNRE ou DAR)

<sup>20</sup> Sistemática será detalhada ao § 79.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

70. No que concerne ao item II, alínea “h – 7”, da Decisão nº 3075/2016, a CBRAT comunicou que foi aberta a Demanda nº 168 – Oásis/SUREC, de 10.4.2017, que se encontra em andamento.

71. E quanto ao item II, alínea “h – 8”, da Decisão nº 3075/2016, foi comunicado pela CBRAT que o assunto encontra-se incluso na Demanda nº 510 – Oásis/SUREC, de 14.9.2016, que se encontra em andamento. Ademais, um termo aditivo ao Convênio de Arrecadação com o Banco do Brasil, assinado em 10.8.2017, incluiu a funcionalidade do débito automático.

### **Análise**

72. Em relação à determinação contida na alínea “h – 1”, constata-se que a jurisdicionada cumpriu satisfatoriamente a deliberação da Corte ao normatizar as ações e periodicidade da cobrança administrativa de débitos vencidos<sup>21</sup>.

73. Sobre na alínea “h – 2”, não há indícios do cumprimento da determinação. Em 23.11.2017, verificou-se na CCALT e na CBRAT que inexistia sistemática de promoção periódica e regular do reconhecimento de ofício da prescrição de créditos tributários.

74. Em relação às alíneas “h – 3” e “h – 4”, constata-se que a SEF tem adotado medidas a fim de dar cumprimento à determinação do Tribunal, embora não constem informações a esse respeito em sua manifestação inicial. Por exemplo, consta em despacho à SUREC<sup>22</sup> que, em parceria com a TERRACAP e a SEGETH, diversas áreas construídas e terrenos foram identificados no período de abril a setembro de 2016 pelo mapeamento “Aerofotogramétrico Cadastral”, de acordo com o Sistema Cartográfico do DF. Em consequência, foram realizados lançamentos aditivos de TLP/IPTU.

75. Além disso, a CCALT informou que a propriedade dos imóveis é atualizada com base nos dados enviados pelos cartórios de registro de imóveis nos termos da IN nº 1/2012 e que a base cadastral do IPVA se encontra permanentemente atualizada mediante a utilização da base de dados do DETRAN.

---

<sup>21</sup> Não inscritos em Dívida Ativa.

<sup>22</sup> E-doc: [FE7009DF-c](#).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

76. Da mesma forma, o RLE se encontra integrado com cadastros da SEF, CNPJ e JCDF nos serviços de inscrição e baixa de empresas, aguardando-se a implementação do RLE Digital, mediante a utilização de sistema desenvolvido pela JUCEMG, custeado pela SEBRAE. Em 2018, com a utilização do RLE Digital, pretende-se alcançar mais outros órgãos de registro, como os cartórios de registros de pessoas jurídicas e a OAB.

77. Porém, em 01.12.2017 na PGDF, especificamente na Diretoria de Recuperação Extrajudicial do Crédito – DIREC, foi informado que uma das grandes dificuldades para a realização da cobrança da Dívida Ativa continua sendo a desatualização de dados cadastrais dos contribuintes no SITAF, apesar das iniciativas da SEF/DF para higienizar sua base cadastral. Segundo a PGDF, poder-se-ia contratar uma empresa especializada para atualizar a base cadastral do SITAF, por exemplo.

78. Quanto ao item II, “h – 5”, a jurisdicionada optou por adotar medidas alternativas à proposta pelo Tribunal. Assim, na SEF/DF, verificou-se junto à CBRAT que o índice de pagamentos por meio do *Agênci@net* para tributos em geral era pequeno, sendo significativo especificamente para as cobranças de ICMS e ISS<sup>23</sup>, uma vez que é mais acessado por contadores.

79. Nesse sentido, a CBRAT noticiou um protótipo de cobrança via e-mail<sup>24</sup> e apresentou um relatório demonstrando que, entre os meses de julho e outubro de 2017, essa modalidade de cobrança obteve o retorno com devedores do IPVA/2017 de 67,42% do montante cobrado, com recuperação de R\$ 70.136.055,83<sup>25</sup>.

80. Ademais, a agência de atendimento ao contribuinte do Núcleo Bandeirante foi transformada na Agência de Recuperação de Créditos – AGREC, destinada a cobrança de pequenos valores. Inicialmente a AGREC realizou a cobrança do IPVA/2017, por telefone entre os meses de julho e outubro, obtendo uma

---

<sup>23</sup> Segundo o coordenador, o sistema é usado para resguardar a SEF no caso de ações judiciais em que o devedor argumenta não ter recebido notificação de cobrança.

<sup>24</sup> Encaminhamento de cobrança via e-mail cadastrado na SEF/DF. Inicialmente a cobrança foi realizada para os devedores do IPVA/2017.

<sup>25</sup> E-doc: [F159E6BE-c](#). A ação de cobrança é realizada por meio de encaminhamento de mensagem ao e-mail cadastrado anteriormente pelo contribuinte.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

recuperação de 56,00% dos créditos cobrados, alcançando o montante de R\$ 1.414.157,67<sup>26</sup>.

81. A CBRAT noticiou ainda a possibilidade de utilização dos serviços de *call center* disponíveis no telefone 156, cuja cobrança – direcionada a pequenos contribuintes – se encontra prevista para ser iniciada ainda em novembro de 2017. A CBRAT ressaltou que a contratação de uma empresa terceirizada, com expertise em ações de cobrança constitui a principal vantagem do uso desse serviço<sup>27</sup>.

82. Além dessas medidas, foi comunicada a contratação de uma solução de cobrança junto ao Banco do Brasil – BB, o “Pague Fácil”, ainda em fase de testes. A inovação consiste na disponibilização na tela inicial de acesso à conta do Banco de informações referentes a eventuais débitos do correntista com o DF, os quais poderão ser pagos diretamente, sem a necessidade de intermediação da SEF/DF.

83. Acerca do item II, “h – 6”, tem-se que o anexo II da IN nº 16/2017 – SUREC não atende à determinação do TCDF, uma vez que os códigos de receita informados permitem reconhecer os tipos de receita arrecadados, mas não a eficácia das ações de cobrança administrativa realizadas.

84. Apesar disso, em 23.11.2017, constatou-se que a CCALT dispõe de instrumento que permite verificar a eficiência dos meios de cobrança utilizados, o chamado “consolidado”, consistente numa sequência numérica atribuída a cada documento de arrecadação de débitos vencidos no momento em que é gerado. Embora não se trate especificamente de um instrumento vinculado a uma determinada ação de cobrança, permite a realização desse controle<sup>28</sup>.

85. Em relação ao item II, alínea “h – 7 e 8, a SEF/DF informou que providências estão sendo adotadas a fim de dar cumprimento às determinações da Corte, mas não as comprovou documentalmente.

---

<sup>26</sup> E-doc: [F159E6BE-c](#). A ação de cobrança é realizada por meio de ligações telefônicas para os números disponíveis na base de dados da SEF/DF

<sup>27</sup> A empresa terceirizada responsável pela central 156 tem pleno conhecimento da legislação para atuar no setor e possui robôs para testar a validade dos números de telefone disponíveis para cobrança. Assim, o tempo é investido apenas em número viáveis. Além disso, o próprio robô faz a ligação e só repassa para o atendente quando já há alguém na linha.

<sup>28</sup> Consolidado: código que consolida os débitos tributários vinculados a cada um dos DAR gerados. Para cada ação de cobrança é gerado um código específico (o consolidado). Uma vez realizado o pagamento, é possível identificar qual o DAR foi utilizado, e assim, a qual ação de cobrança ele se relaciona. (Exemplo de consolidado: e-doc: [96EC7B0A-c](#)).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

86. Assim, em relação ao item II, alínea “h”, poderá o Tribunal considerar atendidas as determinações dos números 1 e 6, parcialmente atendidas às constantes dos números 3, 4, 5 e 8, e não atendidas as do número 2 e 7, continuando seu monitoramento.

**2.3. Questão de Monitoramento 3: A SEF/DF e a PGDF providenciaram a sistematização e o aprimoramento dos mecanismos de controle da cobrança de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa?**

*Parcialmente. Verificou-se que a SEF/DF e a PGDF adotaram medidas para aprimorar a cobrança de créditos tributários inscritos em dívida ativa, mas essas não foram suficientes para o completo atendimento das determinações da Corte. Assim, verificou-se, por exemplo, que houve melhorias na extração de dados do SITAF. Entre outras medidas pendentes, encontram-se a ampliação do protesto da dívida ativa, a normatização da cobrança pela PGDF de grandes devedores e a regulamentação da CICREF.*

**2.3.1. Decisão nº 3075/2016, item II.i.**

*II – determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal que:*

*i) implante solução informatizada que permita a extração no SITAF de planilhas baseadas em critérios de seleção previamente indicados pelo usuário;*

***Situação que levou à proposição da deliberação***

87. Constatou-se que o SITAF não dispunha de ferramentas que permitissem a extração de relatórios do sistema baseados em critérios de seleção definidos pelo usuário, o que dificultava e tornava ineficiente o processo de ajuizamento de execuções fiscais.

***Providências adotadas e comentários dos gestores***

88. A SUREC informou<sup>29</sup> que desenvolveu e implantou painéis na ferramenta Qlikview que possibilitavam a elaboração de relatórios e planilhas a partir de dados do SITAF relacionados à dívida ativa e ao parcelamento.

---

<sup>29</sup> E-doc B76EED41, fls. 80/82.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

### **Análise**

89. A par da informação prestada pela SEF/DF, em 01.12.2017, verificou-se junto à Diretoria de Recuperação Extrajudicial do Crédito – DIREC/PGDF que a partir do uso da ferramenta “Qlikview” tornou-se possível a extração no SITAF de planilhas com informações gerenciais, baseadas em critérios de seleção previamente indicados pelo usuário. Além disso, eventuais demandas estão sendo solucionadas mediante solicitações à SEF/DF.

90. Assim, poderá o Tribunal considerar atendida a determinação do item II, alínea “i”, da Decisão nº 3075/2016.

### **2.3.2. Decisão nº 3075/2016, itens IV.a e IV.b.**

*IV – determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que otimize a cobrança administrativa da Dívida Ativa, adotando, ao menos, as seguintes medidas:*

*a) implementação de procedimento regular de cobrança de todos os devedores de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, que contemple, ao menos, a:*

- 1) expedição de notificações periódicas, direta ou indiretamente;*
- 2) ampliação da sistemática de protesto de Certidões de Dívida Ativa, avaliando a possibilidade de estendê-la para todos os créditos inscritos em Dívida Ativa;*
- 3) normatização e controle do procedimento de cobrança realizado pela PGDF junto aos grandes devedores;*

*b) implementação de solução informatizada no sítio eletrônico da PGDF, a fim de facilitar o atendimento ao contribuinte, contendo opções que permitam a emissão de Documento de Arrecadação com valor atualizado;*

### **Situação que levou à proposição da deliberação**

91. Identificou-se que a cobrança administrativa da dívida ativa realizada pela PGDF era incipiente. Ao mesmo tempo, verificou-se a necessidade de implantar medidas para revisar os valores de alçada para ajuizamento de execuções fiscais e aprimorar o sistema utilizado para o ajuizamento automatizado dessas ações.

### **Providências adotadas e comentários dos gestores**

92. A PGDF informou<sup>30</sup> que no sentido de conferir maior autonomia e automatização para as atividades de cobrança extrajudicial criou a Diretoria de

---

<sup>30</sup> E-doc: D3122F9F-c, fls. 15/16.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Recuperação Extrajudicial do Crédito – DIREC, estruturada com a Gerência de Cobrança Administrativa e Atendimento – GECOB e a Gerência de Protesto de Títulos de Créditos – GEPROT.

93. Em relação ao protesto da dívida ativa, a jurisdicionada comunicou que a Lei Complementar nº 904/2015 vedou a realização de inclusão de contribuintes inadimplentes em cadastros de negativação (SPC/SERASA) e que a Lei Complementar nº 931/2017 vedou o protesto no âmbito do DF. Em consequência, a PGDF propôs uma ação direta de inconstitucionalidade, obtendo tutela cautelar de urgência para suspensão dos efeitos jurídicos das referidas normas legais desde a sua publicação<sup>31</sup>.

94. Em razão da decisão judicial não ter sido publicada até a data de apresentação da resposta pela PGDF ao TCDF, foi informada a suspensão do protesto das Certidões de Dívida Ativa – CDAs, com a manutenção apenas das notificações postais de devedores inadimplentes.

95. A PGDF comunicou que tem buscado alternativas para a cobrança extrajudicial, como a contratação de pessoas jurídicas especializadas no desenvolvimento e implantação de procedimentos de cobrança administrativa (ex: SERASA Experian). Ademais, mediante protocolo firmado com o CEJUSC/TJDFT tem estimulado e participado de audiências de negociação pré-processuais, em conformidade com a Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil – art. 165).

96. Em relação aos grandes devedores, a PGDF relatou que em razão de sua capacidade econômica, orientada para a discussão litigiosa da dívida, os procedimentos de cobrança extrajudicial têm sua eficácia reduzida, motivo pelo qual as medidas extrajudiciais são prioritariamente realizadas em face desses específicos devedores. Ademais, informou sobre a existência da Gerência de Grandes Devedores, mas não apresentou regulamentação disciplinando os procedimentos para essa cobrança.

97. Quanto à implementação de solução informatizada para facilitar o contato com o contribuinte, a PGDF informou que oferece como canais de

---

<sup>31</sup> ADIN nº 2017.00.2.013761-3.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

atendimento a Ouvidoria e o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com acesso direto no sítio eletrônico do órgão.

98. A jurisdicionada comunicou que embora conste no plano de ação, ainda não foi disponibilizado no sítio eletrônico da PGDF link de acesso à área virtual da SEF/DF, que permite a emissão atualizada de DAR para pagamento.

**Análise**

99. Em relação ao item IV, alínea a, da Decisão nº 3075/2016, em 01.12.2017, verificou-se que a GECOB/DIREC/PGDF mantém a sistemática de não expedir notificações de cobrança aos contribuintes inscritos em dívida ativa antes do ajuizamento da execução fiscal. Diversamente, em 29.11.2017, contatou-se que a GBRAT/CBRAT/SEF/DF encaminha uma correspondência aos contribuintes inscritos em Dívida Ativa no mês seguinte à inscrição, informando-os da situação, sem obter resultados significativos quanto ao pagamento desses créditos.

100. Novas cobranças administrativas da Dívida Ativa somente são realizadas por correspondência por ocasião de decisão das chefias para a cobrança de determinado tributo, como por exemplo, a cobrança de débito de IPVA para as placas de veículos terminadas em determinados números. Assim, verificou-se ainda que inexistente uma sistemática definida para a expedição regular de notificações, direta ou indiretamente, pela PGDF.

101. Quanto à sistemática de realização de protesto de CDAs, em 29.11.2017, verificou-se junto à GBRAT/CBRAT/SEF que o protesto voltou a ser realizado ante a cautelar obtida pela PGDF. Por exemplo, em novembro de 2017 foi realizado o protesto de 2.555 Certidões de Dívida Ativa, alcançando o montante de R\$ 54.525.150,07, sendo que a SEF/DF tem trabalhado para tentar encaminhar em dezembro de 2017 cerca de 10 a 15 mil CDAs para protesto<sup>32</sup>.

102. Convém mencionar que tanto na GBRAT/CBRAT/SEF/DF quanto na DIREC/PGDF foi informado que não há limitação por parte dos cartórios quanto ao número de CDAs para protesto, sendo que a limitação atual se deve em grande parte

---

<sup>32</sup> E-doc: A65D620F-e.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

à inexistência de uma ferramenta específica para aperfeiçoar a sistemática no âmbito da SEF/DF.

103. Atualmente, o processamento dos arquivos para encaminhamento aos cartórios é realizado com o auxílio de algumas interações informatizadas, porém há necessidade de aumentar a automatização dos procedimentos realizados. Nesse sentido, foi informada a existência de dificuldades na comunicação entre o órgão e os cartórios, precisamente no encaminhamento eletrônico dos dados.

104. Além disso, a DIREC/PGDF acrescentou que outro grande fator que limita a expansão do protesto a todos os créditos inscritos em Dívida Ativa continua sendo a desatualização da base cadastral do SITAF.

105. Por outro lado, a DIREC/PGDF relatou a existência da Demanda nº 511/2016 – Oásis/SUREC-SEF/DF, na qual a PGDF solicitou o desenvolvimento e disponibilização de ferramenta específica para aprimorar a sistemática do processo do protesto, atualmente na SEF/DF.

106. Por fim, ressalte-se que ainda não foi disponibilizado um link de acesso ao site da SEF/DF no site da PGDF, a fim de permitir a emissão atualizada de DAR para pagamento, embora a medida conste no Plano de Ação da PGDF.

107. Assim, poderá o Tribunal considerar não atendido o item IV, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 3075/2016, autorizando a continuidade do seu monitoramento.

### **2.3.3. Decisão nº 3075/2016, item V.**

*V – determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que adotem providências a fim de finalizar as tratativas acerca da regulamentação do controle da Dívida Ativa, observando as discussões constantes do Processo nº 020.003.384/2010;*

### **Situação que levou à proposição da deliberação**

108. Não estavam suficientemente delimitadas as competências de atuação e integração entre a PGDF e a SEF/DF na cobrança dos créditos tributários inscritos em dívida ativa. Constatou-se a existência do Processo nº 020.003.384/2010, instaurado para acompanhar a matéria, mas ainda sem conclusão.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

***Providências adotadas e comentários dos gestores***

109. A CCALT informou<sup>33</sup> que o Decreto nº 38157/2017 disciplinou o controle administrativo de legalidade nos procedimentos de inscrição de créditos de qualquer natureza na dívida ativa do Distrito Federal e de sua respectiva cobrança judicial, tendo a regulamentação atendido à determinação do TCDF.

110. Da mesma forma, a PGDF explicou<sup>34</sup> que após debates e deliberações no âmbito do Processo nº 020.003.384/2010, foi publicado o Decreto nº 38.157/2017.

***Análise***

111. Com a publicação do Decreto nº 38157/2017 foi disciplinado o controle administrativo de legalidade nos procedimentos de inscrição de créditos de qualquer natureza na dívida ativa do DF e também sua respectiva cobrança judicial. Diante disso, poderá o Tribunal considerar atendida a determinação do item V da Decisão nº 3075/2016.

**2.3.4. Decisão nº 3075/2016, item VI.**

*VI – determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal e à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal que aprimorem a sistemática de conciliação fiscal efetuada por meio da CICREF, adotando, ao menos, as seguintes medidas:*

- a) cumprimento dos termos pactuados no Protocolo Interinstitucional celebrado pela União e pelo DF que originou a CICREF, principalmente no que tange ao quantitativo de servidores;*
- b) implantação de sistema informatizado para o controle e gerenciamento do fluxo de processos de execução fiscal na realização das conciliações pela Cicref;*
- c) revisão da estrutura administrativa da Cicref possibilitando a criação de núcleos de atendimento especializados por espécie e/ou grupos de tributos a fim de conferir maior celeridade aos atendimentos;*
- d) promoção de gestões junto ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, ao Banco de Brasília S.A. – BRB e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, a fim de que esses órgãos deem cumprimento aos termos pactuados no Protocolo Interinstitucional que originou a Cicref;*

---

<sup>33</sup> E-doc B76EED41, fls. 78.

<sup>34</sup> E-doc: D3122F9F-c, fls. 15/16.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

***Situação que levou à proposição da deliberação***

112. Verificou-se que embora vigente o Protocolo de Cooperação Interinstitucional para implantação da Central de Conciliação e Regularização Fiscal – CICREF, os termos do acordo não estavam sendo integralmente cumpridos, o que contribuía para a o expressivo quantitativo de execuções fiscais em andamento.

***Providências adotadas e comentários dos gestores***

113. A PGDF comunicou<sup>35</sup> que a implementação da CICREF encontrava duas dificuldades: a) indisponibilidade dos órgãos e entidades distritais em oferecerem recursos humanos e materiais para sua efetiva implantação; b) indisponibilidade de estrutura física adequada junto à Vara de Execuções Fiscais para o desenvolvimento das atividades da CICREF.

114. Em seguida, ponderou que o real funcionamento da CICREF era bastante diferente do que constava em seu projeto de concepção e que após a Decisão nº 3075/2016, a Chefia da Procuradoria Fiscal – PROFIS sugeriu ao Gabinete da PGDF uma série de providências com vistas a sua efetiva implantação e ao cumprimento dos objetivos traçados desde a assinatura do protocolo interinstitucional.

115. Entre as propostas, a PROFIS sugeriu a formalização de convênio específico entre a PGDF e o TJDFT disciplinando as obrigações pactuadas no protocolo interinstitucional. Considerou que a participação da SEF/DF, DETRAN e BRB nesse esforço não seria relevante, já que esses órgãos não manifestavam interesse em atuar junto à Vara de Execuções Fiscais.

116. A PROFIS defendeu também a redução do escopo, abrangência e recursos humanos necessários ao funcionamento do CICREF e enfatizou a necessidade de sua manutenção e de sua reorientação no esforço de atendimento ao público para prestação de informações e resolução célere dos entraves à regularização fiscal de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa.

117. Diante da manifestação da PROFIS, o Gabinete da PGDF formalizou e encaminhou ao TJDFT minuta de convênio contendo as obrigações, metas e objetivos do CICREF e relatou que as discussões sobre a minuta tiveram uma pausa

---

<sup>35</sup> E-doc: D3122F9F-c, fls. 17/19.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

devido a limitações da Vara de Execuções Fiscais, mas estavam programadas para serem retomadas ainda em 2017.

118. Enquanto isso, a CICREF funcionava com 01 analista judiciário (gerente do órgão), 02 técnicos jurídicos (que atendiam aos contribuintes) e 01 Procurador do Distrito Federal (responsável pela manifestação nos processos judiciais e participação em audiências).

119. Em relação aos sistemas informatizados, indicou que a PGDF busca contratar o módulo de execução fiscal para o sistema SAJ-Procuradorias, que permitirá a integração das atividades administrativas e contenciosas da PROFIS ao sistema PJe – Processo Judicial Eletrônico, bem como a informatização das atividades de ajuizamento e cobrança de créditos fazendários inscritos em dívida ativa. A data prevista para implantação desse sistema, que também será adotado pelo CICREF, é janeiro de 2018.

120. A PGDF encerrou sua manifestação afirmando que tem estimulado o contribuinte inadimplente a saldar sua dívida ou efetivar parcelamento do débito por meio de iniciativas que envolvem a realização de audiências pré-processuais junto ao CEJUSC/TJDFT, contando com a participação da DIREC e do CICREF.

121. Disse ainda que a CICREF e a Vara de Execuções Fiscais trabalhariam conjuntamente na Semana Nacional de Conciliação, nos dias 20 a 22 de novembro de 2017, que envolveria cerca de 6.000 créditos inscritos em dívida ativa.

122. Por sua vez, a SEF/DF afirmou que o Protocolo de Cooperação Interinstitucional referente à implantação da CICREF vigorara até o dia 05.08.2016, e que atualmente não havia servidores do órgão participando dessa iniciativa.

123. Por fim, informou que apesar do término da vigência, a União e o Distrito Federal firmaram o Protocolo de Intenções nº 001/2017 com vistas à continuidade do “Movimento pela Conciliação”<sup>36</sup>.

### **Análise**

124. As determinações desta Corte à Secretaria de Fazenda e à Procuradoria-Geral do DF fundamentaram-se no Protocolo de Cooperação assinado

---

<sup>36</sup> E-doc B76EED41, fl. 1.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

pelo Distrito Federal e pela União, por meio do TJDF, para implementar a Central Integrada de Conciliação e Regularização Fiscal – CICREF.

125. Contudo, a despeito de sua eficiência para alcançar os objetivos propostos, inexistia atualmente instrumento formal vigente disciplinando o instituto da CICREF. Convém ressaltar a intenção manifestada pela PGDF em reestabelecer formalmente a cooperação com o TJDF, mediante a assinatura de um acordo nos termos do Protocolo de Intenções nº 001/2017.

126. Assim, poderá o Tribunal considerar não atendida a determinação do item VI, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, da Decisão nº 3075/2016, autorizando a continuidade do seu monitoramento.

### **2.3.5. Decisão nº 3075/2016, item VII.**

*VII – recomendar ao Governador do Distrito Federal que realize estudo com objetivo de verificar a viabilidade do uso de precatórios para a quitação de créditos inscritos em Dívida Ativa, inclusive na vigência de programa de parcelamento incentivado de créditos tributários;*

#### ***Situação que levou à proposição da deliberação***

127. A compensação de precatórios com dívida ativa não estava sendo utilizada pela PGDF, apesar de ser um mecanismo capaz de contribuir para a redução da fila de precatórios.

#### ***Providências adotadas e comentários dos gestores***

128. A PROFIS/PGDF informou que o procedimento de compensação com precatórios é complexo e envolve tanto a PGDF quanto a SEF/DF. Ademais, estava sendo revisto novo regramento com fundamento nos pareceres nº 185 e 186/2014, ambos da PROFIS e nº 626/2015 – PRCON e 382/2016 – PRCON.

#### ***Análise***

129. A par das informações prestadas pela PGDF, cabe destacar a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 131/2017 na CLDF, que autoriza a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

compensação de débitos inscritos na dívida ativa com precatórios vencidos do Distrito Federal, suas autarquias ou fundações<sup>37</sup>.

130. Dessa forma, poderá o Tribunal considerar parcialmente atendida a determinação do item VII da Decisão nº 3075/2016, a fim de que seja acompanhada a tramitação do PLC nº 131/2017, e autorizar a continuidade do seu monitoramento.

### **2.3.6. Decisão nº 3075/2016, item VIII.**

*VIII – determinar à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhem Plano de Ação com objetivo de implantar as determinações retro indicadas, indicando as ações a serem adotadas, seus prazos e setores responsáveis, conforme modelo apresentado no Anexo I do citado Relatório de Auditoria;*

#### **Situação que levou à proposição da deliberação**

131. Em função da complexidade das medidas propostas na Decisão nº 3075/2016, foi determinada a apresentação de um Plano de Ação pela SEF/DF e PGDF.

#### **Providências adotadas e comentários dos gestores**

132. A SEF/DF<sup>38</sup> e a PGDF<sup>39</sup> encaminharam Plano de Ação contemplando os itens da Decisão nº 3075/2016.

#### **Análise**

133. Em relação à SEF/DF, constata-se que no Plano de Ação foram previstas medidas a serem adotadas para o cumprimento das proposições constantes aos itens: II, alíneas “a” a “i”; III, alíneas “a” a “g”; V e VI. Destes, apenas para o item VI, referente ao aperfeiçoamento em parceria com a PGDF da sistemática de conciliação fiscal promovida pela CICREF, não constava data prevista para a implementação, ou unidade/setor responsável.

134. Conforme informado pela PGDF, atualmente inexistente instrumento formal disciplinando a CICREF, sendo que foi denunciado o Protocolo de Cooperação

---

<sup>37</sup> E-doc F3E0E7B6.

<sup>38</sup> Plano de Ação da SEF/DF: e-doc BF6B2727-c, fls. 3-11.

<sup>39</sup> Plano de Ação PGDF, fls. e-doc D3122F9F-c, fls. 9-15.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

existente à época da Auditoria Operacional realizada pela Corte. O órgão informou que há a expectativa de que seja celebrado novo ajuste entre PGDF e TJDFT.

135. Quanto à PGDF, no planejamento apresentado pelo órgão constam várias medidas já adotadas que atendem em parte as determinações da Corte e outras pendentes de cumprimento, sem data prevista para a implementação.

136. Assim, poderá a Corte de Contas considerar atendido o item VIII da Decisão nº 3075/2016.

### **3. Benefícios alcançados com a atuação do Tribunal**

137. Constatou-se no primeiro monitoramento que as medidas implementadas pela SEF/DF e PGDF propiciaram melhoria nas atividades da Fiscalização Tributária e na cobrança extrajudicial de créditos tributários. Contudo, ainda restam diversas ações pendentes para aperfeiçoar essas atividades.

138. Dessa forma, em relação à Fiscalização Tributária, alguns servidores foram alocados para gerências com maior volume de constituição de créditos tributários com o fim das escalas de serviço de plantão na GEFMT.

139. Em relação à cobrança administrativa dos créditos tributários, observou-se a regulamentação e padronização dos procedimentos de cobrança por meio do Decreto nº 38157/2017, ações realizadas visando a higienização da base cadastral e iniciativas para a implementação de meios alternativos de cobrança.

140. Quanto à cobrança extrajudicial dos créditos tributários inscritos em dívida ativa, verificou-se que houve melhorias na geração de relatórios gerenciais a partir do SITAF e que está em tramitação o projeto de Lei Complementar nº 131/2017, que autoriza a compensação de débitos inscritos na dívida ativa com precatórios vencidos do Distrito Federal.

### **4. Conclusão**

141. Constatou-se durante o monitoramento que a SEF/DF e a PGDF vem adotando medidas a fim de dar cumprimento às determinações constantes à Decisão nº 3075/2016, sendo que 23% das determinações foram cumpridas, cerca de 39% parcialmente cumpridas, contra 38% com cumprimento não iniciado.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

142. Apurou-se ainda a conveniência de afastar a aplicação das determinações constantes no item III, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “f – 3 e 4”, prejudicadas diante da suspensão das escalas de plantão na SEF/DF.

143. Ante as informações obtidas, propõe-se à Corte de Contas a continuidade do monitoramento a fim de acompanhar o cumprimento das determinações ainda não adimplidas pela SEF/DF e pela PGDF.

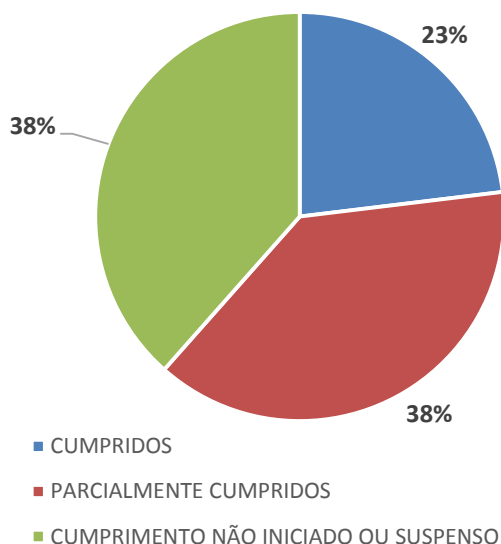
144. No quadro a seguir apresenta-se a situação atual do atendimento às determinações do Tribunal constantes da Decisão nº 3075/2016:

**Quadro 6 – Cumprimento das deliberações da Decisão nº 3075/2016**

	CUMPRIDOS	PARCIALMENTE CUMPRIDOS	CUMPRIMENTO NÃO INICIADO OU SUSPENSO	TOTAL
<b>ITENS DA DECISÃO Nº 4295/2014</b>	II – “a”, 1, 2 e 3. II – “h”, 1 e 6 II – “i” III – “g” V VIII	II – “b”, 1, 2, 3, 4 e 5 II – “c” II – “d”, 3 II – “h”, 3, 4, 5 e 8 III – “e”, “f, 1 e 2” VII	II – “d”, 1 e 2 II – “e” II – “f” II – “g” II – “h”, 2 e 7 IV, “a”, 1, 2 e 3 e “b” VI, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”	
<b>QUANTIDADE</b>	9	15	15	39
<b>PERCENTUAL</b>	23%	39%	38%	100%

**Cumprimento prejudicado:** item III, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “f, 3, 4 e 5”.

**Gráfico 1 - Atendimento dos itens da Decisão nº 3075/2016**







**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

## 5. Proposições

145. Ante o exposto, sugere-se ao Plenário:

I) tomar conhecimento:

- a. do presente Relatório de Monitoramento (E01FD32F-e);
- b. da documentação carreada aos autos (e-docs: [B76EED41-c](#) e [D3122F9F-c](#));

II) considerar:

- a. atendidas as determinações aos itens II, “a” (subitens 1, 2 e 3), “h” (subitens 1 e 6), e “i”; III, “g”; V e VIII, da Decisão nº 3075/2016;
- b. atendidas parcialmente as determinações aos itens II, “b” (subitens 1, 2, 3, 4 e 5), “c”, “d” (subitem 3), “f”, “h” (subitens 3, 4, 5 e 8); III, “e”, “f” (subitens 1 e 2”; e VII, da Decisão nº 3075/2016;
- c. não-atendidas as determinações aos itens II, “d” (subitens 1 e 2), “e”, “f”, “g”, e “h” (subitens 2 e 7); IV, “a” (subitens 1, 2 e 3), e “b”; VI, “a”, “b”, “c” e “d”, da Decisão nº 3075/2016;
- d. prejudicadas as determinações do item III, “a”, “b”, “c”, “d” e “f – 3 e 4”, diante da suspensão das escalas de plantão na SEF/DF;

III) reiterar à SEF/DF as determinações ao item II, “d” (subitens 1 e 2), “e”, “f”, “g”, e “h” (subitens 2 e 7), da Decisão nº 3075/2016;

IV) reiterar à PGDF as determinações ao IV, “a” (subitens 1, 2 e 3) e “b”, da Decisão nº 3075/2016;

V) reiterar à SEF/DF e à PGDF as determinações ao item VI, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, da Decisão nº 3075/2016;

VI) autorizar:

- a. o envio da cópia do presente Relatório de Monitoramento, do Relatório/Voto do Relator e da deliberação que vier a ser adotada pela Corte à SEF/DF e PGDF para subsidiar a adoção de providências;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

- b. a continuidade do monitoramento das determinações efetuadas por meio da Decisão nº 3075/2016;
- c. o retorno dos autos à SEAUD para adoção das providências estilo.

Brasília-DF, 06 de dezembro de 2017.

Renata Barnabé Santiago  
ACE – Mat. 1425-7

Luciana Rocha de Melo Alvim  
ACE – Mat. 1555-9